

424 DE 2009

Tenho a honra de apresentar o volume 62 da *Revista de Direito da Procuradoria Geral*, que, durante os seus mais de cinquenta anos de existência, tem veiculado trabalhos dos Procuradores do Estado do Rio de Janeiro e de juristas de elevada projeção.

Tendo assumido o cargo de Procuradora-Geral do Estado em janeiro de 2007, desde o primeiro momento manifestei o firme propósito de dar continuidade à publicação da Revista, estimulando a produção intelectual dos Procuradores.

Durante o primeiro semestre de 2007, o Centro de Estudos Jurídicos e a Escola Superior de Advocacia Pública promoveram diversos eventos acadêmicos, a começar pelo Seminário “Administração e Cidadãos: o Direito ao Bom Governo”, com a participação de Pedro Nevado Batalla Moreno e Nicolás Rodríguez García, Professores Titulares da Universidade de Salamanca, na Espanha.

Atenta à renovação da legislação processual, a Procuradoria também realizou o “Observatório das Reformas Processuais”, cuja conferência inaugural coube ao professor Leonardo Greco, da UFRJ e da UERJ, sobre a “Execução Pecuniária de Título Extrajudicial”. Os encontros foram semanais, discutindo-se, com profundidade, as inovações legislativas. O Procurador Antonio Carlos Cavalcanti Maia falou sobre a “Execução das obrigações de fazer e não fazer”. O professor Flávio Galdino, da UERJ, tratou de “Penhora e impenhorabilidade na reforma do processo de execução”. O Procurador Sergio Pimentel Borges da Cunha abordou a “Repercussão geral (Lei n.º 11.418/2006)” e o Procurador Leonardo Mattietto, a “Declaração de ofício da prescrição (Lei n.º 11.280/2006)”. O Observatório prosseguiu com o Procurador Sergio Mannheimer, que explicou “Inventário e partilha pela via administrativa (Lei n.º 11.441/2007)”.

O Ministro José Delgado, do Superior Tribunal de Justiça, proferiu conferência sobre a “Súmula Impeditiva de Recursos (Lei n.º 11.276/2006)”. Petrônio Calmon Filho, do Instituto Brasileiro de Direito Processual e Doutor em Direito pela USP, apresentou “A informatização do Processo Judicial (Lei n.º 11.419/2006)”. O professor Paulo Henrique Lucon, da USP, falou sobre o “Cumprimento de sentença (Lei n.º 11.232/2005)”. A palestra seguinte foi da Procuradora Elayne Mahler, sobre “Os novos Embargos à Execução”. Na conclusão do “Observatório”, o professor Marcelo Abelha Rodrigues, Doutor pela PUC-SP, examinou a “Execução provisória na nova execução civil”.

Ainda no primeiro semestre, ocorreu a palestra do Procurador Fernando Barbalho Martins, envolvendo as “Reformas Políticas: os Papéis do Legislativo e do Judiciário”.

Neste volume, a Revista, como de hábito, veicula, além dos artigos de doutrina, pareceres emitidos pelos Procuradores e peças forenses. Agradeço ao Conselho Editorial pela criteriosa seleção dos trabalhos, que denotam o alto nível do desempenho profissional dos membros da Procuradoria.

Lucia Léa Guimarães Tavares
Procuradora-Geral do Estado